

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

PARECER Nº 04, DE 2019. - CDDHCEDP

Da COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR sobre o Projeto de Lei nº 166, de 2019, que "Altera a Lei no 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal".

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado FABIO FELIX

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP) o Projeto de Lei nº 166, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que **altera a Lei no 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal**, especificamente artigos relacionados ao processo eleitoral dos conselheiros.

O art. 1º da proposição prevê alteração do art. 45, da Lei nº 5.294/2014, revogando o inciso VI, que versa sobre a experiência necessária para concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar.

O art. 2º altera o § 1º, do art. 49, da Lei nº 5.294/2014, estabelecendo que o eleitor poderá votar apenas em um candidato a Conselheiro Tutelar.

Segue cláusula de vigência.

A proposição tramita em regime de urgência, distribuída às comissões de Constituição e Justiça; Assuntos Sociais; e a esta Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Apresentada duas emendas supressivas, uma de autoria do deputado Reginaldo Sardinha e outra de Hermeto; duas emendas modificativas apresentadas pelo deputado Robério Negreiros; e três emendas aditivas apresentadas conjuntamente pelos deputados Martins Machado, Delmasso, Valdelino Barcelos e a deputada Telma Rufino.

II – VOTO DO RELATOR

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal - RICLDF, art. 67, V, "c", compete à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos,

9



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar a análise do mérito da Proposição em comento, por tratar-se de matéria relacionada a direitos da criança e do adolescente.

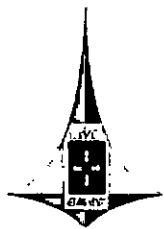
O Projeto de Lei nº 166/2019, propõe a alteração de dois pontos do processo eleitoral para conselheiro tutelar, que está regulamentado pela Lei 5.294, de 13 de fevereiro de 2014.

A proposição revoga o inciso que determina ser necessária experiência de no mínimo 03 (três) anos, na área da criança e do adolescente, para se candidatar ao cargo de conselheiro tutelar. A justificação para este artigo é a de trazer segurança jurídica para o processo, que foi inúmeras vezes contestado por ações judiciais ao se colocar em dúvida as comprovações de experiência dos candidatos. No entanto, a tentativa de dar maior legitimidade ao processo eleitoral de conselheiros, abre precedente para que o processo seja inundado por interesses eleitoreiros alheios à função de um conselheiro tutelar. Ficará permitido a candidatura de cidadãos sem compromisso ou afinidade com as funções do cargo e, assim, descaracterizando a atuação do próprio Conselho Tutelar. Ademais entendemos que a insegurança jurídica deverá ser resolvida por meio de resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, que regulamente de forma objetiva a comprovação de experiência a ser exigida para o processo eleitoral. Compreendemos a justificação, mas registramos esta ressalva. A Emenda Supressiva nº 1, que suprime o art. 1º, de autoria do deputado Reginaldo Sardinha, bem como a Emenda nº 4 de igual conteúdo, de autoria do deputado Hermeto, visam manter a disposição hoje vigente e reforçam a necessidade de intensificar a fiscalização sobre o processo eleitoral.

A matéria traz também a alteração do processo de escolha de conselheiros. A Lei 5.294, hoje, permite que cada eleitor vote em até cinco candidatos, independentemente da quantidade de conselhos. E o art. 2º desta proposição estabelece candidatura individual, ou seja, cada eleitor vota em apenas um candidato a conselheiro. Assim, torna o processo mais democrático, pois permitirá que a diversidade e pluralidade da sociedade se expresse também na eleição para os Conselhos. A Emenda Modificativa nº 3, de autoria do deputado Robério Negreiros contraria os princípios apresentados acima, pois indica que cada eleitor poderá votar em até 3 candidatos da Região Administrativa.

Portanto, conclui-se que o projeto tem o intuito de fortalecer o processo de eleição de conselheiros tutelares, tentando aperfeiçoar o processo de escolha e, consequentemente, visa o fortalecimento dos Conselhos do Distrito Federal.

Porém, considero que a emenda nº 5 cria requisito desnecessário pois já consta no ECA a necessidade de idoneidade do candidato. As duas emendas aditivas de nº 6 e 7 não estão em consonância com a legislação nacional que versa sobre os conselhos tutelares, podendo assim, criar distorções no processo de escolha dos conselheiros no Distrito Federal.



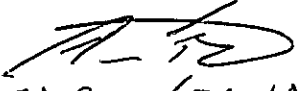
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Feitas essas considerações é possível concluir que a matéria contribui para a política de direitos humanos e cidadania. Portanto, manifestamo-nos, no âmbito da CDDHCEDP, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 166, de 2019, com as emendas supressivas nº 1 e 4, ambas de igual teor, e rejeitadas as emendas modificativas de número 2, 3, 5, 6 e 7 apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Comissões, em de de 2019.

DEPUTADO FABIO FELIX
Relator


DEPUTADO LEANDRO GRASS
PRESIDENTE "AD HOC"